



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Abril de 2009



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Fabrizio R. Valle Dantas Leite

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabrizio Marques Santos

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

Maria Helena Pitombeira

Pablo Reyes

Raphael Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Regina Helena Cavalcanti Milione

Renata dos Santos

Renata G. Rimes de Almeida



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000



Sumário

Apresentação	6
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	9
II. Resultado Fiscal	10
II.1 Resultado Orçamentário	11
II.2 Resultado Primário	12
III. Receita Estadual	12
III.1 Receitas Correntes	12
III.1.1 Receita Tributária	13
III.1.2 Receita Patrimonial e <i>Royalties</i>	14
III.1.3 Receita de Transferências	16
III.1.4 Demais Receitas Correntes	18
III.2 Receitas de Capital	18
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	19
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	20
IV. 2 Despesa por grupo	21
IV.3 Cota Financeira	22
BOX - Empresas Não-Dependentes no ERJ	23
V. Administração Financeira.....	24
V.1 Pagamento de PD's	24
V.2 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	25
V.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	26
V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados.....	27
V.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	29
V.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço	31



Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Dispêndio com Dívida Pública

Anexo 8 – Dívida Financeira x Receita Líquida Real

Apresentação

Este é o sétimo número do boletim bimestral preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o primeiro do exercício de 2009. Seu objetivo continua a ser o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas dimensões, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Como manda a Lei há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade, e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas a sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

Não pode haver contrato, compromisso ou despesa sem empenho prévio, garantindo-se a conformidade, integridade e transparência da execução orçamentária

O boletim procura proporcionar esses detalhes em um tempo curto, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias após efetuado o pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 03/04/2009.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado, e a receita ao de realizada, ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição, pela primeira vez, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, nas contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada independente conforme o disposto no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 01/04/2009 na seção "Atos do Governador", Processo E-12/223/2009.

Esta declaração apenas reconhece uma realidade de fato, visto que a CEDAE já há algum tempo havia deixado de se enquadrar no conceito de empresa pública dependente. O conceito de empresa pública dependente está definido no artigo 2, inciso III da LRF, sendo aquela.

"... empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária."

Com base na declaração citada anteriormente, os dados relativos a Receita, Despesas e Dívida da CEDAE foram destarte depurados na análise do conjunto da execução do

O Boletim procura dar detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição pela primeira vez, deixou-se de considerar os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, das contas do Estado, uma vez que esta foi declarada independente.

orçamento do Estado—apesar de formalmente tais rubricas ainda constarem deste orçamento. Para ter-se uma base de comparação entre os mesmos períodos do ano, esses dados também foram excluídos também da base de 2008.

A CEDAE não é a primeira empresa do Estado a se tornar independente, nem a modernização do seu tratamento no âmbito do orçamento totalmente pioneiro. A Imprensa Oficial do Estado, já é considerada independente há algum tempo, com os devidos reflexos na contabilidade pública.

O Boletim é dividido em 5 seções além desta apresentação. As duas primeiras fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, enquanto a quarta seção analisa a despesa no seu agregado de execução orçamentária. Um *box* com a análise em separado das empresas estatais não-dependentes complementa o quarto segmento. A quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente as operações do Tesouro Estadual para o pagamento das despesas do orçamento de 2009 e restos a pagar de anos anteriores, assim como precatórios judiciais decorrentes de ações de administrações anteriores corrigidas pela Justiça. Assinale-se que em 2009 todos os restos a pagar de 2008 que já tenham sido liquidados e merecido a emissão de uma PD deverão ser pagos até o final de abril.



I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

A receita total no período janeiro/fevereiro de 2009 foi 0,7% menor em relação ao projetado para o bimestre, devido principalmente à frustração de receitas de capital. As receitas correntes, no entanto, ficaram 2,9% acima do projetado.

A receita tributária dos dois primeiros meses de 2009 excedeu sua meta em 5%, com crescimento da arrecadação do ICMS de 5,7 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2008, ou seja, ligeiramente acima do previsto. O desempenho da receita tributária também se explica pela reclassificação da receita de prestação de serviços do DETRAN “Serviços de Inspeção e Fiscalização” – 16001400 – de Receita de Serviços para a rubrica Taxa (Receita Tributária), determinada pelo Tribunal de Contas do Estado; esse aumento foi compensado pela redução das Receitas de Serviços propriamente ditas.

A receita patrimonial, cujo item principal é a receita de petróleo e gás, excedeu a meta bimestral em 1,9%, não obstante a queda de 19% em relação ao valor no mesmo período de 2008, decorrente de uma queda de 27% na receita de royalties e de 15,7% nas participações especiais.

As transferências correntes apresentaram desempenho 6,6% acima da meta bimestral. Parte desse desempenho reflete fenômenos estatísticos sem contrapartida econômica: o aumento do Salário Educação reflete uma defasagem no pagamento em 2008, agora compensada; o aumento do FUNDEB decorre de mais receitas do próprio Estado, entregues a este Fundo, e parcialmente devolvidas ao Estado—não obstante a diferença líquida entre o valor entregue e devolvido ter aumentado em desfavor do Estado em mais de R\$ 30 milhões. A receita de FPE caiu 3,5%, enquanto as transferências do SUS apresentaram crescimento de aproximadamente R\$ 35 milhões.

Tabela 1

META DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (JAN - FEV 2009)
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - FEV) 2009	RECEITA REALIZADA (JAN - FEV) 2009	R\$ milhões
			% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE
REC. CORRENTES	6.948.413,86	7.146.932,21	102,9%
TRIBUT.	4.397.158,35	4.615.403,86	105,0%
CONTRIB.	131.889,25	142.947,43	108,4%
PATRIM.	1.387.048,95	1.413.022,43	101,9%
AGROPEC.	32,65	8,36	25,6%
INDUST.	10.125,74	150,31	1,5%
SERV.	143.249,56	35.346,19	24,7%
TRANSF. CORR.	754.203,94	803.930,65	106,6%
OUTRAS	124.705,43	136.122,98	109,2%
REC. CAPITAL	282.411,57	33.591,46	11,9%
OPER. CRÉDITO	18.801,71	24.373,74	129,6%
ALIEN. BENS	9,80	21,00	214,2%
AMORT. EMPRÉST.	10.533,07	7.088,46	67,3%
TRANSF. CAP.	252.005,33	2.108,26	0,8%
OUTRAS	1.061,67	,00	0,0%
Total	7.230.825,44	7.180.523,67	99,3%

As receitas de capital ficaram abaixo da meta bimestral, tendo-se realizado apenas 11,9% do projetado. Isto se deveu principalmente pela não realização conforme o previsto de algumas transferências federais associadas ao PAC e pela queda na receita de amortização de empréstimos efetuada pelas empresas que receberam incentivos financeiros do Estado para aqui se instalarem. Tal receita é proporcional à arrecadação dessas empresas e na medida em que decorrem do apoio a grandes projetos industriais mais sensíveis à variação da economia, tendem a ser pró-cíclicas.

O desembolso de operações de crédito ficou 29,6% acima do previsto para o primeiro bimestre de 2009—alcançando R\$ 24 milhões. A Alienação de Bens—cujo valor é bastante reduzido—foi 114,2% maior que o previsto.

A despesa no período jan-fev/2009 ultrapassou em 3,2% a meta fixada para o período. Esse desempenho se deu sem prejuízo da disciplina na programação orçamentária, visto que essa variação se explica essencialmente pela aceleração no cronograma de pagamentos dos restos a pagar de 2008, que deverá estar concluído ao final de abril de 2009.

As receitas estaduais atingiram 99,3% do previsto para o primeiro bimestre de 2009.

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO / JAN-FEV 2009

Em milhões R\$

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO JAN-FEV 2009	DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA JAN-FEV 2009**	RP 2008 PAGO	DESPESA TOTAL REALIZADA JAN-FEV 2009	% REALIZADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.524	949	511	1.459	95,8%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.129	3.507	463	3.970	126,9%
INVESTIMENTOS/INVERSÕES	149	7	126	132	88,5%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO	473	362		362	76,4%
TOTAL	5.275	4.824	1.100	5.924	103,2%

*Exclui CEDAE e Imprensa Oficial

**Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias

II. Resultado Fiscal¹

Os resultados fiscais² no 1º bimestre do exercício de 2009 mantiveram-se acima dos resultados obtidos no período equivalente de 2008, tanto no que se refere ao resultado orçamentário quanto ao primário (Tabela 3). Estes resultados foram obtidos não obstante o aumento em mais de 11% na despesa de pessoal do Executivo—explicada pelo aumento de 8% dado a professores e policiais, assim como pela reclassificação das despesas do Nova Escola e das cooperativas na Saúde. A comparação do resultado

¹ O resultado fiscal exclui a receita e a despesa intra-orçamentária.

² Nesta seção, a despesa é analisada pela ótica da liquidação, ao contrário da análise apresentada na primeira seção, em que em conformidade com a LRF utiliza-se o conceito de despesa efetivamente paga.

não considera a receita da CEDAE e da Imprensa Oficial, uma vez que ambas as empresas são agora consideradas independentes³, da forma descrita no inciso III, do art. 2º da LRF.

II.1 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do Governo Estadual no 1º bimestre de 2009 foi superavitário em R\$ 909,6 milhões, o que representa um crescimento de 27,4% com relação ao superávit de R\$ 713,85 milhões no mesmo período de 2008 (Gráfico 1). O bom desempenho fica evidente pelo aumento de 5,9% da receita total (+R\$ 400,03 milhões), superior aos 3,4% (+R\$ 204,28 milhões) de incremento ocorrido na despesa total.

Em relação a 2008, o item “Pessoal e Encargos Sociais”⁴ apresentou incremento nominal de 8,8% no primeiro bimestre. As demais despesas correntes aumentaram 4,4% frente ao 1º bimestre do ano passado. Já as despesas referentes aos juros e encargos da dívida ficaram 34,9% menores (-R\$ 133,06 milhões), o que se explica porque R\$ 120,95 milhões referentes a estas despesas foram registradas em março⁵. Levando-se em consideração este montante, a rubrica apresenta uma queda frente ao primeiro bimestre de 2008 de R\$ 12,10 milhões (-3,2%).

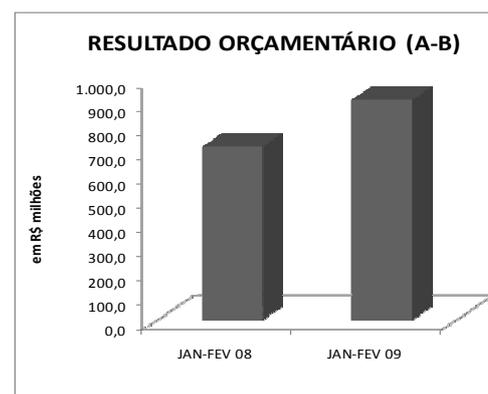
A despesa de capital ficou 10,7% menor frente ao primeiro bimestre de 2008 (-R\$17,55 milhões). Das despesas que compõem esta rubrica, os investimentos ficaram 82,3% menores (-R\$39,89 milhões), enquanto despesas financeiras apresentaram incremento de 765,5% (+R\$14,54 milhões) devido à aquisição do prédio onde funcionava a *boite Help* e irá funcionar o Museu da Imagem e do Som, mediante a sua desapropriação no

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008/ JAN-FEV 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	R\$ milhões		
	2008	2009	
I. RECEITA TOTAL (A)	6.780,49	7.180,52	5,9%
I.1 RECEITA CORRENTE	6.740,74	7.146,93	6,0%
I.1.1 Tributária	4.120,01	4.615,40	12,0%
I.1.2 Patrimonial	1.566,03	1.413,02	-9,8%
I.1.3 Transferências	631,01	803,93	27,4%
I.1.4 Demais Correntes	423,68	314,58	-25,8%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	39,76	33,59	-15,5%
II. DESPESA TOTAL (B)	6.066,65	6.270,93	3,4%
II.1 DESPESA CORRENTE	5.903,18	6.125,01	3,8%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.506,47	2.727,65	8,8%
II.1.2 Demais Correntes	3.015,12	3.148,81	4,4%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	381,59	248,54	-34,9%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	163,47	145,92	-10,7%
II.2.1 Invest.	48,45	8,56	-82,3%
II.2.2 Inv. Financ.	1,90	16,44	765,5%
II.2.3 Amort. Dívida	113,12	120,92	6,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	713,85	909,60	27,4%

Gráfico 1



³ A independência da CEDAE está disposta nos “Atos do Governador” do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 01/04/2009 sob o processo de número E-12/223/2009.

⁴ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

⁵ Maiores explicações na seção V Administração Financeira, a respeito de R\$ 147,55 milhões registrados em Março.

valor de R\$ 13 milhões. Houve ainda aumento de 6,9% na amortização da dívida (+R\$ 7,80 milhões), ressalvando que houve R\$ 26,60 milhões registrados em março referentes a esta rubrica⁶.

II.2 Resultado Primário⁷

O resultado primário no 1º bimestre de 2009 ultrapassou em 2,7% a cifra equivalente para o mesmo período do ano anterior (Tabela 4), alcançando R\$1.151,45 milhões. Esse pequeno aumento no bimestre é reflexo da elevação absoluta das receitas — especialmente as tributárias e de transferência — acima daquela das despesas não-financeiras, mesmo as despesas tendo crescido percentualmente mais rápido que as receitas.

Tabela 4
RESULTADO PRIMÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008/ JAN-FEV 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2008	2009	
RECEITA (A)	6.780,49	7.180,52	5,9%
RECEITAS FINANCEIRAS (B)	87,81	127,60	45,3%
RECEITA NÃO-FINANCEIRA (C)	6.692,68	7.052,92	5,4%
DESPESA* (D)	6.066,65	6.270,93	3,4%
DESPEAS FINANCEIRAS (E)	494,71	369,46	-25,3%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (F)	5.571,93	5.901,47	5,9%
RESULTADO PRIMÁRIO (C-F)	1.120,75	1.151,45	2,7%

III. Receita Estadual

Nos dois primeiros meses de 2009, a receita estadual alcançou R\$ 7.180,52 milhões, com crescimento de 5,9% em relação ao mesmo período de 2008. Deste total, 99,53% foram decorrentes das receitas correntes, descritas a seguir.

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes alcançaram R\$ 7.146,93 milhões até fevereiro de 2009 (+ 6% em relação ao mesmo período de 2008). As receitas tributárias foram 12% superiores ao obtido no respectivo período de 2008, enquanto as receitas patrimoniais do bimestre foram 9,8% menores. O decréscimo das receitas patrimoniais reflete principalmente os baixos preços internacionais do Petróleo, que persistem desde o último trimestre de 2008.

As transferências correntes cresceram 27,4% em relação a 2008 no primeiro bimestre e as receitas de serviços

Tabela 5
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008/ JAN-FEV 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2008	2009	
TRIBUTÁRIA	4.120,01	4.615,40	12,0%
CONTRIBUIÇÕES	129,56	142,95	10,3%
PATRIMONIAL	1.566,03	1.413,02	-9,8%
AGROPECUÁRIA	,01	,01	19,3%
INDUSTRIAL	,25	,15	-39,8%
DE SERVIÇOS	177,04	35,35	-80,0%
TRANSF. CORR.	631,01	803,93	27,4%
OUTRAS CORR.	116,83	136,12	16,5%
REC. CORR.	6.740,74	7.146,93	6,0%
REC. CAPITAL	39,76	33,59	-15,5%
Total	6.780,49	7.180,52	5,9%

⁶ Idem nota 5.

⁷ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

diminuíram 80%. No entanto, parte deste contraste reflete a alteração da classificação das receitas oriundas dos serviços prestados pelo DETRAN-RJ (vistoria, emissão de documentos e etc.) que agora passam a ser classificados como receitas de Taxas (tributárias), ao invés de Serviços, cumprindo-se assim, determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

III.1.1 Receita Tributária

A arrecadação da receita tributária até fevereiro de 2009 foi de R\$ 4.615,40 milhões, 12% a mais em relação ao mesmo período de 2008 (tabela 6).

Aproximadamente 68% da receita tributária se deve ao recolhimento do ICMS. No 1º bimestre, a arrecadação deste tributo alcançou R\$ 3.136,47 milhões (+5,7% em relação mesmo período de 2008).

A estabilidade da arrecadação do ICMS no Rio de Janeiro explica-se em parte pela composição de sua base, com forte presença de setores como eletricidade, telefonia e combustíveis, cuja demanda apresenta baixa elasticidade e cujo preço vem se mantendo estável, inclusive no caso dos combustíveis derivados de petróleo, notadamente a gasolina (TABELA 6.1).

Por outro lado, o setor da Metalurgia e Siderurgia teve uma queda de 36,8%, passando de 6º lugar no começo de 2008, para 10ª posição em 2009. Outros setores com quedas significativas na arrecadação de ICMS foram os de Eletro-Eletrônico (-26,1%), Transporte Viário (-19,9%) e Bebidas (-4,7%).

O Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF apresentou um crescimento 13,6% no bimestre em relação a 2008. O aumento se deve, em parte, a acréscimos salariais e novas admissões nas áreas de saúde, educação e segurança, após o 1º bimestre de 2008 (8% reajuste salarial de segurança e educação; 5% de aumento salarial dos poderes legislativo e judiciário), assim como a certas defasagens temporais observadas em 2008.

Tabela 6

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008/ JAN-FEV 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2008	2009	
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.120,01	4.615,40	12,0%
ICMS	2.967,35	3.136,47	5,7%
Adicional do ICMS	321,66	338,36	5,2%
IRRF	175,36	199,15	13,6%
IPVA	547,71	670,47	22,4%
ITD e ITBI	42,72	34,77	-18,6%
Taxas	65,21	236,20	262,2%

A receita tributária até fevereiro de 2009 foi de R\$ 4.615,40 milhões, 12% a mais em relação ao mesmo período de 2008.

Tabela 6.1

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ACUMULADO 2008/2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		part % 2009	var %
	2008	2009		
BEBIDAS	188,81	180,00	5,7%	-4,7%
EDITORIAL E GRÁFICA	74,57	76,79	2,4%	3,0%
ELETRO-ELETRÔNICO	43,21	31,92	1,0%	-26,1%
ENERGIA ELÉTRICA	450,65	475,06	15,1%	5,4%
METALURGIA / SIDERURGIA	129,82	82,11	2,6%	-36,8%
PERFUMARIA / COSMÉTICOS	65,32	71,92	2,3%	10,1%
PETROLÍFERA / PETROQUÍMICA	385,09	398,12	12,7%	3,4%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	77,26	89,18	2,8%	15,4%
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	97,18	105,44	3,4%	8,5%
QUÍMICA	98,71	114,22	3,6%	15,7%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	538,54	571,65	18,2%	6,1%
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	33,89	36,39	1,2%	7,4%
SUPERMERCADOS (ATAC/VAREJO)	173,14	184,01	5,9%	6,3%
TÊXTIL / VESTUÁRIO	92,95	102,92	3,3%	10,7%
TRANSPORTE VIÁRIO	94,58	75,76	2,4%	-19,9%
OUTROS	426,30	540,98	17,2%	26,9%
TOTAL	2.970,01	3.136,46	100,0%	5,6%

A arrecadação do IPVA apresentou crescimento de 22,4% no bimestre em relação a 2008, decorrentes principalmente da ação repressiva desenvolvida pelo Detran/RJ a partir do final de 2008, evidenciado pelo aumento de apreensões de veículos. As apreensões chegaram até o dia 27 de fevereiro a 2.025 veículos.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITD apresentou uma redução de 18,6% até fevereiro de 2009, em relação ao mesmo período de 2008, o que não se explica pela queda dos preços dos imóveis ou por mudanças nos índices de mortalidade no Estado.

No 1º bimestre de 2009, o crescimento das receitas de Taxas em relação ao período equivalente de 2008 foi de 262,2% (+R\$ 170,99 milhões). Este crescimento está relacionado à arrecadação das Taxas de Controle, Fiscalização e Serviços de Trânsito, que eram classificadas em receitas de Serviços até 2008, e passaram a incorporar as receitas de Taxas a partir deste ano. Estas taxas correspondem a 94,7% (+R\$ 161,84 milhões) do incremento no recolhimento total de Taxas no bimestre.

Observe-se que na comparação das Receitas de Serviço também passaram a ser excluídas as receitas decorrentes da venda de serviços de água tratada, saneamento, etc., executadas pela empresa CEDAE, em vista dela ter passado a ser reconhecida como não dependente do Estado.

III.1.2 Receita Patrimonial e *Royalties*

A Receita Patrimonial alcançou R\$ 1.413,02 milhões no acumulado dos dois primeiros meses de 2009 (Tabela 8). Comparativamente a 2008, ocorreu uma variação negativa de 9,8%, com destaque para a queda nas receitas provenientes de *Royalties*— que apresentaram queda de 27,7% e Participações Especiais (PE) do Petróleo, cuja queda foi de 15,7%.

A queda da receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás reflete, entre outros fatores, a

A arrecadação do IPVA aumentou 22,4% no primeiro bimestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, mantendo-se a par com o crescimento de 25% no segundo semestre de 2008; boa parte do resultado em 2009 explica-se pela ação repressiva do Detran/RJ nos meses recentes

Tabela 7

RECEITA DE TAXAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008 / JAN-FEV 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2008	2009	
Taxas	65,21	236,20	262,2%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2,64	98,61	3629,9%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito	0,00	94,83	0,0%
Outras	2,64	3,78	43,0%
Taxas pela Prestação de Serviços	62,56	137,58	119,9%
Emolumentos e Custas Judiciais	29,06	35,50	22,1%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	25,65	28,16	9,8%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	7,85	73,92	841,9%
Taxa de Serviços de Trânsito	0,00	67,01	0,0%
Outras	7,85	6,91	-11,9%

Tabela 8

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008/ JAN-FEV 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2008	2009	
RECEITA PATRIMONIAL	1.566,03	1.413,02	-9,8%
Petróleo	1.162,16	940,77	-19,0%
Royalties	321,37	232,39	-27,7%
Part. Especial	840,41	708,10	-15,7%
FEP	0,38	0,27	-27,6%
CFT's	345,72	364,41	5,4%
Aplic. Financeiras	48,45	96,12	98,4%
Demais Rec. Patrimoniais	9,70	11,73	20,9%

queda nos preços internacionais do petróleo no último trimestre de 2008, que foi maior do que o aumento da produção e da taxa de câmbio média em relação aos mesmos períodos de competência⁸ de 2008 (tabela 8.1).

Tabela 8.1 – Períodos de Referência para o 1º bimestre de 2009

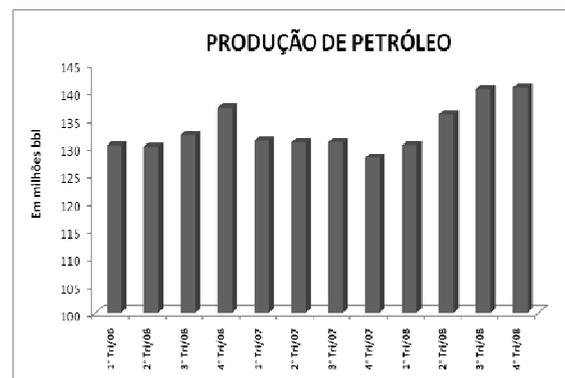
Discriminação	Nov-Dez 2007	Nov-Dez 2008	Var. %
Produção (milhões de bbl)	86,16	93,38	8,4%
Brent (US\$/bbl)	91,79	46,20	-49,7%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,78	2,33	30,8%

Discriminação	4º TRIM 2007	4º TRIM 2008	Var. %
Produção (milhões de bbl)	128,08	140,71	9,9%
Brent (US\$/bbl)	88,69	54,66	-38,4%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,79	2,27	27,4%

Observa-se que a queda da base de cálculo, ajustada ao câmbio e produção, foi bem menor do que a queda da arrecadação. Este descasamento se explica em boa parte pelo aumento dos custos dedutíveis da base de cálculo das participações especiais. Como se sabe, as PE são calculadas apenas para os campos com grande volume de produção, e à sua base de cálculo pode-se deduzir os custos de investimentos na exploração; custos operacionais; depreciações; tributos; e *royalties*.

Os dados indicam (Gráfico 4) que o novo campo de Roncador apresentou substancial aumento dos custos dedutíveis, que chegaram a R\$ 757 milhões, ou seja 120% maiores em relação ao trimestre anterior⁹. Já no caso de Marlim, o crescimento foi de 10%. A verificação da base de cálculo das participações especiais é conduzida pela ANP, e reveste-se de extremos cuidados e reservas na sua divulgação, para salvaguardar segredos comerciais das concessionárias de petróleo, não obstante tratar-se de receita originária dos Estados, de acordo com o Artigo 20 da Constituição Federal.

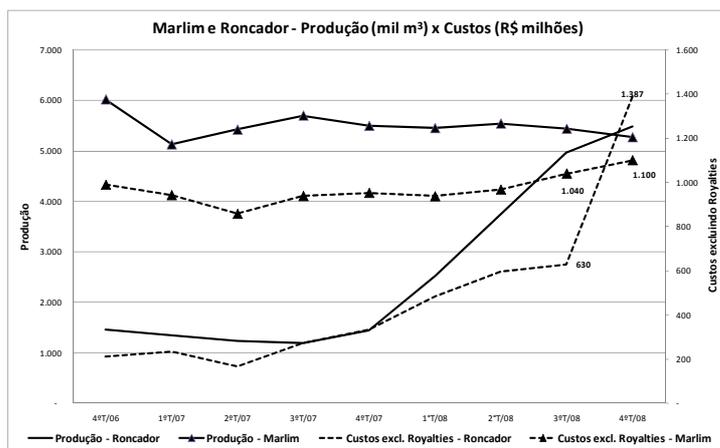
Gráfico 2



⁸ As receitas de *Royalties* são provenientes de preços de produção de 2 meses anteriores, e as receitas de Participações Especiais são referentes ao último trimestre de 2008.

⁹ Os dados para esta análise foram retirados do site da ANP (<http://www.anp.gov.br>), nos Relatórios Trimestrais de Participação Especial, e nos informes de *Royalties*.

Gráfico 3



O valor dos resgates de CFTs efetuados no 1º bimestre de 2009 foi 5,4% maior que o mesmo período de 2008, devido principalmente ao reajuste do valor de resgate pelo IGP. Assinale-se que a receita decorrente do resgate destes títulos advém de uma permuta de haveres com o Tesouro Nacional, ainda que seja convencionalmente contabilizada como receita corrente do Estado. De fato, ao adquirir os CFTs, o Estado cedeu ativos associados aos recebíveis das receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União, até 2014. Estabeleceu-se, assim, um fluxo de pagamentos em ambas as direções como decorrência desta troca de ativos. Tal fluxo hoje aparece como receita—ampliando a receita corrente líquida—e despesa, não obstante em grande parte se cancelarem e serem espelho de uma mesma transação.

Como decorrência da organização dos fluxos de caixa do Estado e da melhor aplicação de eventuais saldos, o retorno das aplicações financeiras alcançou R\$ 96,12 milhões no 1º bimestre, 98,4% a mais que no mesmo período de 2008.

III.1.3 Receita de Transferências

A receita de transferências foi de R\$ 803,93 milhões no 1º bimestre de 2009, representando 27,4% a mais do que o mesmo período de 2008 (R\$ 172,92 milhões), apesar da frustração de algumas transferências da União. Parte significativa desse crescimento é decorrente do incremento

A receita de aplicações financeiras cresceu 98,4% no bimestre frente o mesmo período de 2008.

no retorno dos recursos do Fundeb ao Estado (R\$ 72 milhões), do Salário Educação (R\$ 37,50 milhões) e do SUS (R\$ 38,37 milhões).

Do total da receita de transferências recebidas, aproximadamente 55% (R\$ 446,82 milhões) correspondem às Transferências da União, dentre as quais se destacam as rubricas: do FPE, IPI-exportação e Salário Educação. A primeira apresentou redução de 3,5% em relação ao ano de 2008, a segunda uma elevação em 3,1%. Já no caso do Salário Educação o aumento de 213,3% reflete essencialmente o atraso no repasse verificado no 1º bimestre 2008, o que distorce a avaliação do incremento desse item de receita.

A redução da CIDE decidida anteriormente pela União para acomodar os custos de produção dos combustíveis em face ao aumento do preço do petróleo em 2008 levou a uma redução de receita de 41,9% desta contribuição, frente ao arrecadado no primeiro bimestre de 2008.

Os R\$ 321,3 milhões de transferências do FUNDEB recebidos no 1º bimestre de 2009 (crescimento de 28,9%), na verdade, são essencialmente financiados pelo próprio Estado, cujo aporte ao fundo é maior do que as transferências recebidas da União e, sofreram influência decisiva do aumento das participações no total dos tributos que compõem a cesta de recursos de origem deste fundo. A “perda líquida” do Estado sofreu um incremento de R\$ 27,93 milhões (10%).

Convênios, na sua grande maioria com a União, apresentaram uma variação positiva importante de 185,4% em relação ao 1º bimestre de 2008, alcançando R\$ 35,5 milhões. Este desempenho é reflexo da busca de melhora no cronograma de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Tabela 9
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008/ JAN-FEV 2009
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2008	2009	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	631,01	803,93	27,4%
Transf da União	368,77	446,82	21,2%
FPE	128,78	124,32	-3,5%
IPI exp	78,75	81,22	3,1%
IOF	0,01	0,00	-88,7%
CIDE	24,28	14,11	-41,9%
SUS	119,34	157,71	32,2%
Salário Educação	17,59	55,09	213,3%
Lei Kandir	0,00	14,30	-
Demais Transf. da União	0,01	0,07	577,9%
FUNDEB	249,32	321,34	28,9%
Convênios	12,45	35,54	185,4%
Outras Transf. Corr.	0,47	0,24	-49,8%

O aumento do aporte do Estado para o FUNDEB no 1º bimestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2008 foi de R\$ 99,95 milhões foi maior do que o aumento das transferências do FUNDEB para o Estado (+R\$ 72,02 milhões), aumentando a “perda líquida” do Estado em R\$ 27,93 milhões.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes apresentaram queda de 25,8% no 1º bimestre de 2009 em relação ao mesmo do período anterior, devido à reclassificação das receitas do DETRAN. Esta reclassificação deu-se em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e deverá ter impacto sobre o serviço da dívida do Estado com a União.

Ajustado para esta reclassificação, houve incremento de 23% nas “Demais Receitas Correntes” (+ R\$ 32,59 milhões). Houve um importante aumento da Receita de Contribuições (+ 13 milhões), assim como de multas e moras (R\$ 13 milhões), acompanhados por uma queda de R\$ 4,5 milhões em Indenizações e Restituições, e quase R\$ 5 milhões na arrecadação da dívida ativa. O aumento de “Multas e Juros de Mora” em 20,5%, deve-se em grande ao pagamento de IPVA’s atrasados por parte de contribuintes, para regularizarem a situação de seus veículos, tendo em vista o intenso processo de fiscalização desenvolvido.

Esses valores já estão apurados sem considerar a receita da CEDAE, declarada oficialmente independente somente em abril de 2009. A referida declaração é ato administrativo de constatação de uma situação já materializada, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III.2 Receitas de Capital

A receita de capital, que incluem o desembolso de empréstimos, apresentou queda de pouco mais de 15% em relação ao 1º bimestre de 2008 quando comparado com o mesmo período deste ano.

Da mesma forma que ano de 2008, as operações de crédito, mesmo sofrendo uma brusca queda, ainda são a rubrica que apresenta a maior representatividade das Receitas de Capital (72,5% em 2009 e 79,1% em 2008), para o mesmo período.

Tabela 10

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008/ JAN-FEV 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2008	2009	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	423,68	314,58	-25,8%
Receita de Contribuições	129,56	142,95	10,3%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	19,3%
Receita Industrial	0,25	0,15	-39,8%
Receita de Serviços	177,04	35,35	-80,0%
Multas e Juros de Mora	33,55	40,44	20,5%
Indenizações e Restituições	15,30	10,89	-28,8%
Dívida Ativa	16,14	11,61	-28,0%
Receitas Diversas	51,84	73,18	41,2%

Tabela 11

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008/ JAN-FEV 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-FEV)		var %
	2008	2009	
RECEITAS DE CAPITAL	39,76	33,59	-15,5%
Operações de Crédito	31,46	24,37	-22,5%
Alienação de Bens	0,00	0,02	0,0%
Amortiz. de Empréstimos	7,90	7,09	-10,3%
Transf. de Capital	0,40	2,11	431,2%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%

Estes desembolsos (operações de crédito) totalizaram R\$24,37 milhões no 1º bimestre, sendo R\$15,39 milhões referentes às obras de expansão do metrô, financiadas pelo BNDES, e R\$8,98 milhões do Programa Estadual de Transporte – PET (investimento em trens), financiado pelo Banco Mundial.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

O cenário econômico mundial e as conseqüências da crise já visíveis desde o final de 2008 fizeram com que o Estado do Rio de Janeiro reavaliasse a conveniência da venda de ações da CEDAE, prevista no orçamento de 2009. Com isto, as receitas previstas no orçamento para o ano foram reduzidas em R\$1 bilhão. Além disso, fez-se necessária a revisão para baixo da receita de royalties e participações governamentais associadas à produção de óleo e gás natural. Tais mudanças se refletiram no contingenciamento de R\$1,6 bilhão do Orçamento de 2009, contra apenas R\$250 milhões em 2008. O limite de empenho anual foi fixado em R\$40,31 bilhões.

A programação orçamentária e financeira continua, por outro lado, a ser aprimorada, facilitando o trabalho dos órgãos finalísticos. O mecanismo de liberação de cotas orçamentária e financeira por quadrimestre foi, por exemplo, estendido aos gastos de pessoal.

Nos dois primeiros meses de 2009, a execução da despesa¹⁰ – descontada aquela intra-orçamentária— alcançou um valor liquidado de R\$ 6,02 bilhões¹¹ (Tabela 12). Quando comparada com a previsão para o ano, a execução foi de 14,9%, contra 16,4% em 2008, não obstante a cota orçamentária total do 1º quadrimestre ter

Do orçamento total de R\$41,93 bilhões, o Poder Executivo dispõe de R\$38,27 bilhões dos quais estão contingenciados R\$1,63 bilhão (4,3%).

Tabela 12

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL JAN-FEV 2008 / JAN-FEV 2009					
R\$ milhões					
ANO	DOTAÇÃO	CONTING.	DISPONÍVEL	LIQUIDADO JAN-FEV	% LIQU. / DISPONÍVEL
2008	35.949	250	35.699	5.863	16,42%
2009	41.943	1.633	40.310	6.020	14,93%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

¹⁰ A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção.

¹¹ Estes valores já refletem a declaração de não-dependência da CEDAE, seguindo o que foi feito a partir do último bimestre de 2008, em relação à Imprensa Oficial, que também é não dependente.

sido aumentada de R\$16,84 bilhões para R\$17,01 bilhões no período (+ 173,81 milhões).

A liquidação — incluindo as despesas intra-orçamentárias — alcançou R\$ 6,24 bilhões, correspondente a 36,7% do total de recursos liberados para o primeiro quadrimestre. Nesses valores se inclui todo o custeio, investimento e pessoal.

As despesas do Poder Executivo cresceram 2% neste início de ano, quando comparadas com o mesmo período de 2008 (Tabela 13). O crescimento se associa a, entre outros fatores, o aumento de 8% concedido ao pessoal da educação e segurança em meados do ano passado.

Neste primeiro bimestre, a despesa entre os Poderes teve um crescimento maior que no Executivo. No caso da ALERJ, o aumento de despesa se liga em parte a singularidade da contribuição voluntária feita por este Poder a municípios atingidos por intempéries em 2008, no valor de R\$20 milhões. No Ministério Público o incremento de 14,39% (R\$9,88 milhões) concentra-se em pessoal, boa parte devido ao pagamento de despesas de exercícios anteriores (+R\$4,56 milhões) e Vencimentos Pessoal Estatutário (+R\$4,01 milhões), por conta do reajuste salarial.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual financiaram 74% das despesas neste primeiro bimestre de 2009 com R\$4,45 bilhões. Se comparado com o mesmo período de 2008, o crescimento foi de 0,3%.

As despesas financiadas com recursos de Outras Fontes somaram R\$1,56 bilhão, no bimestre Jan/Fev de 2009, 10,1% maior do que em 2008. Este crescimento esteve concentrado nas despesas financiadas com os recursos provenientes de arrecadação própria de órgãos da administração indireta, basicamente o RioPrevidência, (92%) cujas despesas com a recomposição da conta B e

Tabela 13

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA - 1º BIM/2009				
R\$ Mil				
Cota Orçamentária Liberada - 1º Quad	Cota Empenhada	% Empenho / Cota	Cota Liquidada	% Liquidado / Cota
17.015.673	8.532.768	50,1%	6.238.246	36,7%

*Consideradas as despesas intra-orçamentárias

Tabela 14

DESPESA POR PODERES - ERJ			
LIQUIDADO JAN-FEV 2008 / JAN-FEV 2009			
R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-FEV 2008	JAN-FEV 2009	Δ %
PODER EXECUTIVO*	5.411	5.522	2,04%
ALERJ	71	86	21,99%
TCE	49	52	7,02%
TJ	263	281	6,78%
MP	69	79	14,39%
SUBTOTAL	5.863	6.020	2,68%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	181	219	20,64%
TOTAL GERAL	6.044	6.238	3,22%

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Tabela 15

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008 / JAN-FEV 2009			
R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	VAR %
	JAN-FEV	JAN-FEV	
RECURSOS DO TESOURO	4.442	4.456	0,3%
00 - ORDIN. PROVEN. IMPOSTOS	3.027	3.347	10,6%
01 - ORDIN. NÃO PROVEN. IMPOSTOS	315	214	-32,1%
04 - INDEN. EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	950	768	-19,1%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	9	8	-5,8%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	31	29	-8,1%
11 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6	
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECF	104	80	-23,2%
26 - CID	6	4	-41,7%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1.421	1.564	10,1%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	1.170	1.261	7,9%
12 - CONVÊNIO - ADM. DIRETA	5	9	79,1%
13 - CONVÊNIO - ADM. INDIRETA	6	9	47,2%
15 - FUNDEB	197	239	21,2%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	29	31	8,6%
90 - FUNDO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	3		
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM IND.	1		-61,7%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIR.	11	14	28,2%
TOTAL GERAL	5.863	6.020	2,7%

*Exclui despesas intra-orçamentárias

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

com Inativos cresceram 8,2% (R\$87,98 milhões). Por força do quadro institucional vigente, a receita de royalties e participações especiais destinada ao Rioprevidência é computada como arrecadação própria.

A redução de 19% nos gastos financiados com Royalties do Petróleo incidiu nas transferências aos municípios (- R\$12,59 milhões) e em Encargos com a União (- R\$166,95 milhões). Gastos estes que são proporcionais ao montante arrecadado.

As despesas financiadas com recursos de convênios ainda se realizam em ritmo lento em que pese o crescimento expressivo da entrada de recursos registrado no capítulo da Receita deste Boletim.

IV. 2 Despesa por grupo

As despesas de pessoal em todos os Poderes somaram R\$ 2,72 bilhões no primeiro bimestre de 2009, 9,2% maior do que o mesmo período de 2008. As maiores variações estão nas áreas de Educação e Segurança, beneficiadas pelo aumento concedido em meados de 2008 para os profissionais dessas áreas. Responde ainda pelo crescimento de pessoal as despesas com profissionais cooperativados da área de saúde que, a partir de 2009, passaram a ser contabilizadas neste grupo em vez de serem classificadas como despesas de custeio, tal como em 2008, conforme deliberação do TCE. No primeiro bimestre de 2008 essas despesas requereram cerca de R\$ 15 milhões. Contribui ainda para a variação da despesa de pessoal a reclassificação da gratificação do programa Nova Escola, que no primeiro bimestre de 2008 corria a conta das despesas de capital.

Neste primeiro bimestre do ano, não obstante o aumento da cota orçamentária e financeira, as despesas de custeio do Poder Executivo se apresentam em ritmo um pouco mais lento do que no mesmo período de 2008, somando R\$363,08 milhões.

Tabela 16

DESPESAS POR GRUPO*			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-FEV 2008 / JAN-FEV 2009			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	VAR %
	JAN-FEV	JAN-FEV	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.494	2.722	9,2%
1.1 - EXECUTIVO	985	1.095	11,2%
1.2 - ALERJ	65	61	-7,0%
1.3 - TCE	47	50	5,8%
1.4 - TJ	229	252	9,8%
1.5 - MP	62	72	17,3%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.022	1.097	7,3%
1.7 - PREVI-BANERJ	83	96	15,5%
1.8 - REFER	,18		-100,0%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORT. DA DÍVIDA	452	362	-19,9%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**	406	424	4,5%
3.1.1 - EXECUTIVO	366	363,08	-0,8%
3.1.2 - ALERJ	5	25	388,7%
3.1.3 - TCE	1,5	2,1	41,0%
3.1.4 - TJ	29	29	1,2%
3.1.5 - MP	4	4	2,7%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.461	2.487	1,1%
3.2.1 - ENC. UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES (EGE)	892	725	-18,7%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	487	584	19,9%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.081	1.177	8,9%
4 - INVESTIMENTOS	48	8	-83,1%
4.1 - EXECUTIVO	40	7	-81,7%
4.2 - ALERJ	,09	,00	-100,0%
4.3 - TCE	,03	,10	198,2%
4.4 - TJ	5	,09	-98,3%
4.5 - MP	3	1	-78,7%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	2	16	765,5%
TOTAL GERAL	5.863	6.020	2,7%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no

O incremento na despesa de pessoal do Executivo foi influenciado pelo aumento para professores e policiais, assim como pela reclassificação do Programa Nova Escola e das Cooperativas que atendem os serviços de Saúde como despesa de pessoal.

O expressivo aumento em inversões financeiras (R\$14,54 milhões) se deve em grande parte à desapropriação da discoteca Help em Copacabana, realizada para instalação do Museu de Imagem e Som, que requereu R\$13 milhões.

IV.3 Cota Financeira¹²

As Metas Bimestrais de Arrecadação e o Cronograma de Desembolso mensal para o ano, divulgados nos termos do art. 8º da LRF subsidiaram a definição do limite anual da cota financeira por órgão e entidade. Adotou-se a mesma metodologia de 2008: limites mensais para emissão de PDs diferenciados para as despesas financiadas com recursos do Tesouro e para as despesas financiadas com recursos de outras fontes. Esses limites serão revistos em conformidade com as alterações orçamentárias e com a revisão das metas Bimestrais de Arrecadação. O montante de recursos financeiros disponíveis estabelecido para o primeiro quadrimestre representou 29% do disponível anual.

A tabela abaixo demonstra a realização do primeiro bimestre, que ficou muito abaixo do valor disponibilizado aos órgãos.

Tabela 17

FR	COTA FINANCEIRA LIBERADA JAN-FEV	COTA FINANCEIRA UTILIZADA*	% UTILIZADO
TESOURO	320.638.364	73.770.779	23,0%
OUTRAS	390.184.277	49.594.299	12,7%
TOTAL	710.822.641	123.365.078	17,4%

*Despesa Paga

O nível de utilização da Cota Financeira ficou muito aquém do valor disponibilizados aos órgãos do Estado, o que denota a necessidade dos órgãos desenvolverem melhor seus mecanismos de programação de gastos.

¹² Os valores apresentados na Tabela 30 estão acumulados.

BOX - Empresas Não-Dependentes no ERJ

Há duas empresas não-dependentes no Rio de Janeiro, no conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal: a Imprensa Oficial e, mais recentemente, a CEDAE, assim declarada em face do seu desempenho nos últimos anos. A Imprensa Oficial vem apresentando resultados extremamente encorajadores, tanto do ponto de vista financeiro, quanto da modernização dos seus serviços (e.g., Diário Eletrônico). Trata-se, no entanto, de empresa bem menor do que a CEDAE (Tabela 18).

Tabela 18

Receita das Empresas Não-Dependentes			R\$ MIL
Companhia Estadual de Águas e Esgotos	Jan-Fev 2008	Jan-Fev 2009	VAR %
Remuneração de Depósitos Bancários	2.397	10.193	325,2%
RECEITA DE SERVIÇOS	369.112	408.760	10,7%
Multas de Outras Origens	766	779	1,7%
Receitas Diversas	34.942	16.697	-52,2%
Companhia Estadual de Águas e Esgotos Total	407.218	436.429	7,2%
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro	Jan-Fev 2008	Jan-Fev 2009	VAR %
Juros de Títulos de Renda	373	664	78,2%
Receita da Indústria de Transformação	10.184	8.079	-20,7%
RECEITA DE SERVIÇOS	10	12	25,2%
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro Total	10.567	8.755	-17,1%

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) foi constituída oficialmente em 1º de agosto de 1975, fruto da fusão da Empresa de Águas e Esgotos dos Estados da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ). Nos últimos 20 anos, a empresa sofreu certa deterioração operacional e financeira, que vem sendo corrigida desde 2007. Até o exercício de 2005, o Tesouro Estadual se viu obrigado a realizar freqüentes aportes de recursos financeiros na companhia, inclusive para pagamento de gastos de custeio e de pessoal.

Nos últimos 2 anos, a CEDAE vem passando por profundo processo de aperfeiçoamento de seus processos de gestão. A empresa passou a obter resultados financeiros favoráveis já em 2007, sem que fossem necessários aportes diretos do Governo do ERJ. Com isso, à luz da LRF, a CEDAE passou a merecer um tratamento distinto, em que reflita a diminuição do seu risco fiscal—não obstante o grande passivo herdado, hoje identificado em detalhe por auditores independentes de renome. As despesas da empresa vêm se estabilizando, apesar do surgimento freqüente de itens relacionados ao passado, como o parcelamento da dívida com o INSS, e de maior atenção à conformidade, como o pagamento de imposto de renda, ambos fatores para o aumento de “outras despesas correntes”, no seu demonstrativo financeiro (Tabela 19). Além disso, foi dada maior regularidade ao pagamento de fornecedores.

Tabela 19

Despesa das Empresas Não-Dependentes			R\$ MIL
Companhia Estadual de Águas e Esgotos	Jan-Fev 2008	Jan-Fev 2009	VAR %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.598	97.711	6,7%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	40.161	4.384	-89,1%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.480	142.266	120,6%
INVESTIMENTOS		358	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.832	3.164	11,7%
Total	199.071	247.882	24,5%
Imprensa Oficial do ERJ	Jan-Fev 2008	Jan-Fev 2009	VAR %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.035	2.329	-23,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.956	1.204	-38,4%
INVESTIMENTOS	3		-100,0%
Total	4.993	3.533	-29,2%

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem por finalidade “estabelecer parâmetros que confirmam às

contas públicas a necessária e indispensável estabilidade, a fim de permitir ao Estado a consecução dos seus fins”. Assim, a evolução da CEDAE—especialmente o fato de não receber recursos do Tesouro Estadual para custear suas atividades, levou a direção da empresa a promover uma análise técnica da sua situação, concluindo-se pela não dependência da empresa, de acordo com despacho do Governador.

A não dependência da empresa não a torna mais rica, ainda que em alguns casos a torne mais flexível. Esse processo é particularmente importante em face à recente decisão legislativa de permitir a empresa entrar em PPPs e outras atividade que possam concorrer para a melhor provisão de serviços de água e saneamento no Estado. A declaração de não dependência contribui ainda para evitar distorções nos demonstrativos contábeis estaduais, e dos indicadores fiscais resultantes.

A não dependência tampouco afetará as políticas públicas de apoio à ampliação do saneamento—a Lei de Responsabilidade Fiscal permite que o Estado invista através da empresa, mediante aumentos de capital que financiem programas de investimento. Isto permitirá que enquanto a situação da empresa não estiver totalmente resolvida, o Estado tome empréstimos em seu nome—eventualmente com garantia da União—para acelerar projetos de saneamento e proteção ambiental ligados ao manejo de recursos hídricos que poderão ser executados pela empresa. Por outro lado, a não dependência da empresa reduz alguns riscos fiscais do Estado, decorrentes de pendências judiciais com a União oriundas de empréstimos tomados na década de 1980 e começo dos anos 1990, ainda no período de alta inflação.

V. Administração Financeira

V.1 Pagamento de PD's

A fiel implantação dos mecanismos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e de outros instrumentos de controle de pagamentos permitiu que o tempo médio entre a emissão da Programação de Desembolso – PD pelos respectivos ordenadores de despesa (momento em que o Tesouro é informado de que a obrigação já é exigível) e o seu devido adimplemento fosse reduzido no começo de 2009 para 10 dias¹³, tanto nas áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) quanto nas demais áreas.

Por outro lado, os órgãos utilizaram apenas 29,91% (R\$ 95,9 milhões) da cota financeira¹⁴ liberada para o primeiro bimestre (Quadro 2). Apesar de parte das PD's terem chegado relativamente tarde em fevereiro, o percentual daquelas PD's emitidas que foi pago alcançou 76,91% (R\$ 73,8 milhões). A baixa utilização das cotas financeiras explica-se por vários

Quadro 1

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIA	10
NÃO PRIORITÁRIA	10
MÉDIA GERAL	10

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Quadro 2

COTA FINANCEIRA

R\$1,00		
COTA LIBERADA (A)	COTA UTILIZADA (B)	DESPESA PAGA (C)
320.638.387,00	95.912.736,23	73.770.779,29

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

(B) / (A)	(C) / (A)	(C) / (B)
29,91%	23,01%	76,91%

¹³ Embora esta redução possa ser atribuída ao fato de que a cota orçamentária e financeira dos órgãos só tenha sido liberada no final do mês de janeiro, os mesmos dispunham do duodécimo do seu orçamento para emitirem PD's, naquele mês.

¹⁴ Resoluções Conjuntas SEFAZ/SEPAG nº 55 e nº 61/2009 – Fixaram por Unidade Orçamentária a cota financeira mensal para Programação de Desembolso e dá outras providências.

fatores, inclusive o fato da Resolução que instituiu os valores para a cota financeira ter sido publicada apenas em fevereiro.¹⁵

Como sabido, antes da emissão das PD's, os órgãos tem que empenhar e liquidar estes empenhos. O índice de liquidação em relação ao empenho ficou em 18,86% no primeiro bimestre, aí considerado todo o custeio (Quadro 3). Conquanto a liquidação normalmente apresente uma defasagem em relação ao empenho (os serviços têm que ser realizados!), como é refletido na cota financeira (R\$ 320 milhões) que é menor que o total de empenho permitido, a discrepância entre liquidação e empenho em 2009 foi maior do que o habitual, correspondendo em alguns casos a menos de 15% do valor empenhado e muito abaixo da cota liberada para emissão de PD's. A área que teve melhor desempenho neste comparativo foi a Educação, com liquidação correspondendo a 53,60% do empenho.

V.2 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

No 1º bimestre de 2009, o resultado das aplicações financeiras do Tesouro Estadual apresentou um crescimento médio de 80% em relação ao mesmo período de 2008. Dentre os três bancos que servem ao Estado, o Banco do Brasil foi o que apresentou maior crescimento em seus rendimentos, com uma rentabilidade que se aproxima do banco melhor colocado, e superando o pior colocado.

Esse desempenho pode ser atribuído à criação de fundos exclusivos, que passaram a receber os recursos do Estado do Rio. Os fundos foram desenvolvidos com o objetivo de acompanhar a rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, referência do mercado financeiro. Os fundos exclusivos hoje já rendem entre 99% e 102% desta referência, contra menos de 50% no caso dos bancos públicos há um ano atrás.

¹⁵ No início de cada exercício, faz-se necessária a adoção de alguns procedimentos para que se comece a executar o fluxo normal de pagamento entre eles, destacam-se: (i) a implantação do orçamento, nos moldes definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (ii) a devida inscrição das obrigações empenhadas no orçamento do exercício anterior não pagas naquele exercício; e (iii) a publicação do decreto que normatizará a execução orçamentária e financeira; neste caso o Decreto nº 41.682, de 09 de fevereiro de 2009, que, em seu art. 11, ratificou as datas de pagamento das despesas de custeio e de capital, já adotadas no ano de 2008 (nos dias 07, 15 e 25 de cada mês).

Quadro 3

ÁREAS	R\$ Mil.			
	EMPENHADO (A)	LIQUIDADO (B)	COTA FIN. LIBERADA (C.)	COTA FIN. UTILIZADA (D)
SAÚDE	198.051	26.573	100.075	12.153
SEGURANÇA	80.134	27.130	46.702	19.673
EDUCAÇÃO	39.635	21.243	43.812	14.045
DEMAIS	190.849	87.614	130.049	50.042
TOTAL GERAL	508.669	162.560	320.638	95.913

ÁREAS	(B) / (A)	(D) / (A)	(D) / (B)	(D) / (C.)
SAÚDE	13,42%	6,14%	45,74%	12,14%
SEGURANÇA	33,86%	24,55%	72,51%	42,12%
EDUCAÇÃO	53,60%	35,44%	66,12%	32,06%
DEMAIS	45,91%	26,22%	57,12%	38,48%
TOTAL GERAL	31,96%	18,86%	59,00%	29,91%

Fonte: Sistema Integrado Adm. Financeira aos Estados e Municípios - SIAFEM

Obs. 1: Posição em fevereiro de 2009

Obs. 2: Fonte de Recurso - Tesouro

Quadro 4

Δ% da rent. 1º bim. 2009/2008	
Banco do Brasil	147%
Caixa Econômica Federal	83%
ITAÚ	11%

V.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

O Tesouro Estadual desembolsou cerca de R\$ 17 milhões, no primeiro bimestre de 2009, para pagamento de serviços públicos prestados aos Órgãos e Entidades integrantes da administração direta e indireta do Estado. Esse valor representa um aumento de 37% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Ao contrário do que se possa intuir, o aumento não foi derivado do crescimento de gastos com estes serviços, mas, sim, o resultado do esforço empregado pela atual administração em tornar mais célere e eficiente os procedimentos efetuados para o adimplemento destas despesas em dia. A principal finalidade deste trabalho é evitar que faturas de uma competência¹⁶ sejam deixadas em aberto para pagamentos em meses ou anos subsequentes. Com isso reduzem-se os custos derivados de multas e moras de obrigações pagas após o vencimento e se permitem melhores tarifas.

O controle das faturas emitidas pelas concessionárias e a centralização dos pagamentos por meio do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC¹⁷ permite que o Tesouro trabalhe em conjunto com os órgãos acompanhando as despesas realizadas e analisando as necessidades orçamentárias das despesas continuadas dos serviços públicos para o exercício. Tal exercício é fundamental para valorizar o realismo fiscal, garantindo a alocação de recursos orçamentários que reflitam os reais compromissos dos órgãos, especialmente em um ano em que se mostra a necessidade de ajuste rigoroso nos gastos públicos, evitando-se ainda a inversão de prioridades, com o dispêndio em gastos discricionários de maior ou menor relevância, em detrimento de gastos obrigatórios.

¹⁶ Mês de referência do serviço prestado ao Estado.

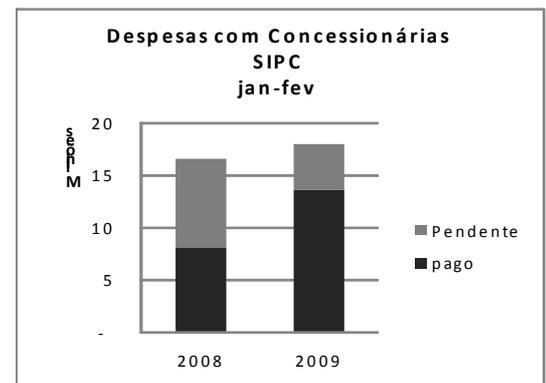
¹⁷ Em conformidade com o Anexo Único da Resolução SEF nº 32/2004, atualmente participam do SIPC 49 órgãos e entidades do Estado do Rio de Janeiro que executam pagamentos com recursos do Tesouro, não foram incluídas apenas as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Tabela 20

Despesas com Concessionárias - SIPC jan-fev / 2009

	Faturado	Pago	Pendente
Águas	2.051	1.396	655
Energia Elétrica	15.555	11.959	3.596
Telemar	413	214	199
Total	18.019	13.569	4.450

Gráfico 4



Em relação ao faturamento desse bimestre (janeiro-fevereiro), das 12 concessionárias incluídas no SIPC, 76% das despesas foram quitadas, contra 50% no mesmo período de 2008. Um dos fatores relevantes que influenciou o não adimplemento de algumas faturas foi a dotação orçamentária disponibilizada para o programa de trabalho específico¹⁸ de alguns órgãos estar bem abaixo dos valores previstos para o ano. Cite-se nessa situação a SEEDUC, que teve uma redução de mais de 40% da dotação para este fim consignada na LOA, o que demandará remanejamento de recursos dentro do orçamento da pasta ao longo do ano, para honrar essas despesas obrigatórias.

Na área de telefonia, a adesão dos órgãos ao novo contrato firmado entre o Estado e a Oi/Telemar continua se ampliando. Atualmente, já existem 40 órgãos em processo de migração para o novo sistema. Ressalte-se que a redução das despesas advém não somente por conta da sistemática de interligar todos os órgãos em ramais, reduzindo significativamente os custos dessas ligações, como também pela avaliação mais ágil e minuciosa das contas telefônicas, pelos órgãos. Esta economia é mais acentuada nos órgãos que possuem representação no interior do Estado, que deixaram de fazer ligação DDD para os outros órgãos estaduais.

V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Até o final do mês de março de 2009, o montante de PD's relativas ao orçamento de 2008 pagas somaram R\$ 500,5 milhões, tendo sido quitadas 5.596 PD's, conforme indicação do Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual – SATE. Todas as PD's relativas a restos a pagar de 2008 deverão ser quitadas até o final de abril de 2009, antecipando em um mês o calendário observado em 2008, quando todas as PD's de 2007 foram pagas em cinco meses.

Quadro 5

RPP 2008	R\$	PDs
PDs PENDENTES	46.495.275,91	1.081
PDs PAGAS	500.492.633,18	5.596

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE (27/03/2009)

¹⁸ PT – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.



Também nos meses de janeiro e fevereiro de 2009, foram pagos mais de R\$ 10 milhões concernentes a restos a pagar processados no exercício de 2008 referentes a obras do PAC.

Do total de R\$ 10.322.386,85 pagos, cerca de R\$ 9 milhões foram pertinentes a contrapartidas devidas pelo Estado nos convênios celebrados com a União, o restante refere-se a pagamento de produtos e/ou serviços prestados nessas obras, que virão, após assinatura de aditivos, a integrar a parcela das contrapartidas do Estado.

Quanto aos restos a pagar processados no exercício de 2006 e anteriores, diante do sucesso do programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar e da grande procura de fornecedores que não conseguiram requisitar, tempestivamente, as informações previstas no art. 4º da Resolução nº 73/2007, revelou-se necessária a reabertura, pela terceira vez, de prazo para novas adesões.

Assim, iniciou-se a 3º fase do Programa, por meio da Resolução SEFAZ nº 182/2008, que fixou novo prazo para os credores requererem essas informações (de 15/12/2008 a 19/12/2008).

Até a presente data, cerca de 82 credores aderiram a esta rodada do programa, com um valor renegociado em torno de R\$ 37 milhões. Estima-se que, com o pagamento da primeira parcela (março de 2009) para os credores que aderiram nessa última fase do programa, aproximadamente 50% deles terão seus créditos quitados integralmente.

- Oferta Pública de Recursos

Será disponibilizada para consulta pública, a partir de abril de 2009, a Minuta do Edital da Primeira Oferta Pública de Recursos, que possibilitará à Secretaria de Estado de Fazenda antecipar as últimas parcelas do pagamento previsto no Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, desde que oferecidos descontos pelos credores.

A referida consulta pública estará disponível no Portal da Fazenda, www.fazenda.rj.gov.br, - Transparência Fiscal – Fornecedores – Restos a Pagar – Consulta Pública, durante o

período de 02/04/2009 até dia 17/04/2009. Nesse período, os interessados poderão apresentar comentários e sugestões para aprimoramento das disposições do edital.

Com o ingresso de um maior número de credores que aderiram ao programa de Pagamento/Parcelamento, o Tesouro Estadual espera um maior volume de fornecedores habilitados para participarem do leilão, com o objetivo de prosseguir com o pagamento de dívidas contraídas em exercícios anteriores à atual administração.

V.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

O Estado do Rio de Janeiro continua empreendendo esforços a fim de tentar solucionar o grande passivo pertinente a requisições de pagamentos judiciais (precatórios) acumulado ao longo dos anos.

Mantendo a estratégia de pagamento adotada pelo Governo, no ano de 2008, serão empregados, no ano de 2009, R\$ 18 milhões mensais no adimplemento destas obrigações. Assim, a perspectiva de pagamento de precatórios para o ano de 2009 é da ordem de R\$ 216 milhões, que serão distribuídos entre precatórios da Administração Direta e Indireta, expedidos pelos diferentes Tribunais Exequentes (TJ, TRT, TRF).

O pagamento de R\$ 35,8 milhões nos dois primeiros meses dá a noção do compromisso do Estado com esta política—apesar de seu alto custo. Em comparação aos anos anteriores, houve um crescimento de uma média de menos de R\$ 3 milhões em 2004-2006, para R\$ 6,5 milhões em 2007, R\$ 20 milhões em 2008, até chegar aos valores atuais. A projeção para o ano representa um aumento aproximado de 40% em relação ao volume de recursos aplicados no adimplemento destes passivos judiciais no exercício de 2008. Estes valores se comparam a uma média de pagamentos de aproximadamente R\$ 30 milhões em 2004-2006.

Do dispêndio realizado no 1º bimestre de 2009, 73% foram aplicados no cumprimento de obrigações alimentícias, totalizando R\$ 26.507.607,38, e 27% no pagamento de

Gráfico 5

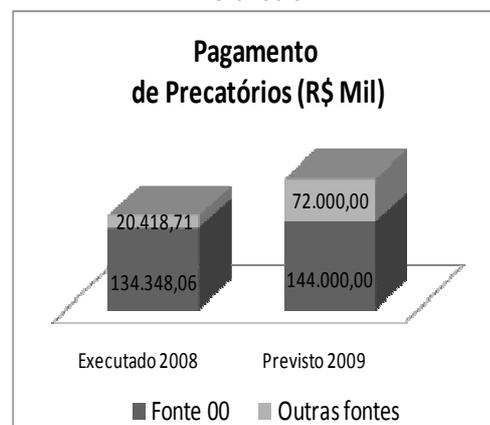


Tabela 21

EVOLUÇÃO NOS PAGAMENTOS DOS PRECATÓRIOS			
	JANEIRO	FEVEREIRO	TOTAL
2004	R\$ -	R\$ 2.169.817,92	R\$ 2.169.817,92
2005	R\$ -	R\$ 3.165.704,01	R\$ 3.165.704,01
2006	R\$ 83.387,44	R\$ 3.010.587,71	R\$ 3.093.975,15
2007	R\$ 4.423.780,28	R\$ 2.095.550,32	R\$ 6.519.330,60
2008	R\$ 4.945.718,21	R\$ 15.134.695,58	R\$ 20.080.412,79
2009	R\$ 16.987.636,07	R\$ 18.803.041,08	R\$ 35.790.677,17

Tabela 22

PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS REALIZADOS EM JANEIRO E FEVEREIRO				
	TESOURO		RIOPREVIDÊNCIA	
	JANEIRO	FEVEREIRO	JANEIRO	FEVEREIRO
PARCELAMENTOS	R\$ 11.283.963,15	R\$ 10.625.398,26	R\$ 1.538.592,50	R\$ 1.538.592,50
QUITAÇÕES	R\$ -	R\$ 2.110.503,53	R\$ 4.165.080,45	R\$ 4.528.546,78
TOTAL	R\$ 11.283.963,15	R\$ 12.735.901,80	R\$ 5.703.672,95	R\$ 6.067.139,28



obrigações de natureza comum, representando um volume de R\$ 9.283.069,80 (Tabela 21).

A política de parcelamento dos grandes precatórios tem se mostrado um sucesso, criando um compromisso sustentável para o Estado. Com o aumento dos recursos aplicados, e a ampliação dos parcelamentos, foi possível já se iniciar o pagamento das requisições judiciais alimentícias inscritas contra o Estado no orçamento de 2001. Não obstante, o fluxo de novos precatórios, que excede R\$ 200 milhões ao ano, continua sendo objeto de grave apreensão para a administração do Estado.

O compromisso do Estado na aceleração do pagamento de precatórios tem se refletido também no adimplemento das pendências do antigo IPERJ, hoje integrado ao Rioprevidência. Entre janeiro e fevereiro de 2009, 11,7 milhões foram destinados pelo Rioprevidência ao pagamento dos precatórios inscritos contra o IPERJ. Com isto o Estado saltou nos últimos seis meses mais de dois anos de precatórios alimentícios acionados por inativos e pensionistas. No primeiro bimestre de 2008, eram pagos precatórios alimentícios do IPERJ inscritos no ano 2000 e agora já se pagam precatórios inscritos em 2002.

Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de janeiro e fevereiro foram pagas 109 requisições de pequeno valor. Isso representou o desembolso de R\$836.826,70 dos cofres estaduais, ressaltando que, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2009, houve um aumento de 170% no pagamento destas requisições, conforme demonstrado no quadro ao lado.

Embora essas requisições de pagamento também sejam procedentes de condenações judiciais, dado o seu valor, inferior a 40 salários mínimos, as mesmas devem ser pagas em até 90 dias, não havendo necessidade de previsão orçamentária.

Pagamento total de Requisições Judiciais

Tabela 23

PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS			
	PRECATÓRIOS QUITADOS	PARCELAMENTOS	TOTAL
Jan e Fev 2006	1.751.130,08	1.342.845,07	3.093.975,15
Jan e Fev 2007	376.578,44	6.142.752,16	6.519.330,60
Jan e Fev 2008	7.580.310,51	12.500.102,28	20.080.412,79

Tabela 24

PAGAMENTOS DE RPV - 2009		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
janeiro	30	R\$ 226.078,16
fevereiro	79	R\$ 610.748,54

No último bimestre foram pagas 153 requisições de pagamento judiciais (precatórios + requisições de pequeno valor), o que representou um gasto de cerca de R\$ 37 milhões.

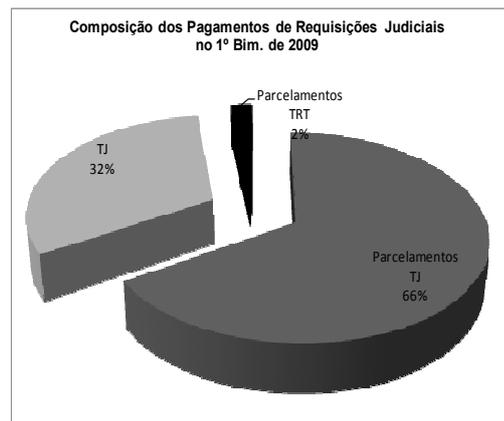
Confrontando os números do 1º bimestre de 2009 com o mesmo período de 2008, constata-se que o Estado aumentou a aplicação de recursos nessas obrigações em 85%.

V.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 363 milhões com o serviço da dívida¹⁹ no 1º bimestre de 2009, valor 19,82% inferior ao pago no 1º bimestre do ano anterior. Esta variação no dispêndio pode ser atribuída ao calendário, haja vista que a prestação de fev/09, referente ao contrato de refinanciamento pactuado nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9.496/97, foi adimplida no início de março²⁰. Portanto esta parcela será incorporada no dispêndio do próximo bimestre, que terá um acréscimo de R\$ 147 milhões, no serviço da dívida. Esta diferença temporal também implica que, embora o total efetivamente pago, nos meses de janeiro e fevereiro, referentes à dívida intralimite tenha sido de apenas R\$ 289 milhões, inferior aos R\$ 531 milhões devidos pelo cálculo integral da Tabela Price, o resíduo incorporado ao saldo do contrato, em decorrência da aplicação do teto dos 13% da Receita Líquida Real e calculado por competência, tenha sido de R\$ 93 milhões.

Gráfico 6



¹⁹ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁰ O vencimento ocorreu no dia 28/02/09.

Tabela 25

R\$ mil

	1º Bimestre 2008			1º Bimestre 2009			Δ % do total no bimestre
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	110.283	341.035	451.318	117.752	243.882	361.634	-20%
INTRALIMITE	66.856	316.057	382.913	71.304	218.183	289.487	-24%
EXTRALIMITE	43.427	24.978	68.405	46.448	25.699	72.147	5%
ADM. INDIRETA - CUSTEADA (F. TESOURO)	621	244	865	693	245	938	8%
TOTAL	110.904	341.279	452.183	118.444	244.128	362.572	-20%
Informações complementares:				0	0	0	
Valor devido intra-limite	144.828	346.135	490.963	168.390	362.269	530.659	8%
Valor devido pelo limite (13% da RLR)	66.856	316.057	382.913	97.904	339.057	436.961	14%
Diferença incorporada no resíduo	77.972	30.078	108.050	70.486	23.212	93.697	-13%

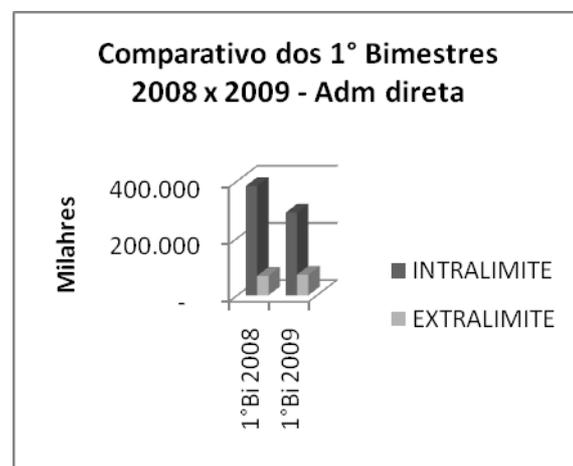
Valores pagos no bimestre a preços correntes.

O pagamento da dívida da administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual²¹ teve um acréscimo de 8,43% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando nos meses de janeiro e fevereiro R\$ 938 mil. Este montante representou apenas 0,26% do total do serviço pago.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 1º bimestre deste ano, o estoque da Dívida Financeira somou R\$ 52,68 bilhões, 9,10% maior que o primeiro bimestre do ano anterior, não obstante o pagamento de R\$ 118 milhões de principal no bimestre. Este crescimento se deve principalmente ao reajuste do estoque da dívida interna corrigida pelo IGP-DI²², com alguma contribuição devida ao resíduo. Os contratos da dívida externa, indexadas ao dólar, também aumentaram, mas eles correspondem a apenas 3,7% do total da dívida financeira. A indexação ao IGP-DI tem historicamente feito a dívida pública do Estado crescer mais rapidamente do que o PIB

Gráfico 7



²¹ Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual são as entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CEDAE, CODERTE, FESP e IVB, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

²² Os saldos devedores são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, no 6º bimestre fechou em -0,43% (IGP-DI de dez/08 e Jan/09) e nos últimos 12 meses (de fev/08 a jan/09) em 8,05%. As dívidas com a União, que representam 96% do montante total, tiveram um crescimento de 8,29%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representam 92,47% desta dívida, tiveram um crescimento nominal de 6,13% e 9,45%, respectivamente.

nominal, apresentando ainda uma característica pró-cíclica, visto o IGP DI responder fortemente ao câmbio e fracamente às condições efetivas da demanda interna.

A dívida externa encerrou o bimestre com saldo de R\$ 1,95 bilhão, 35,16% superior ao primeiro bimestre de 2008, refletindo a desvalorização do real frente ao dólar.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou melhora entre o primeiro bimestre de 2008 e o de 2009. A relação caiu de 2,38 para 2,27, uma redução de 4,35% em relação ao primeiro bimestre do ano anterior²³.

Tabela 26

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL - 2008			
	1º Bimestre 2008	1º Bimestre 2009	Δ % no bimestre
ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA	48.210.169	52.597.018	9,10%
Interna	46.765.728	50.644.764	8,29%
DÍVIDAS COM A UNIÃO	46.765.728	50.644.764	8,29%
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	-	-	
Externa	1.444.440	1.952.254	35%
COM AVAL DO TESOUREO NACIONAL	1.441.753	1.948.648	35%
MOBILIÁRIA	2.687	3.606	34%
ADM INDIRETA - CUSTEADA(F.TESOUREO)	71.697	82.592	15%
DÍVIDA FINANCEIRA	48.281.865	52.679.609	9%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	20.302.685	23.160.121	14%
RELAÇÃO DF / RLR	2,38	2,27	-4%

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 25 milhões da receita de operações de créditos no primeiro bimestre de 2009 (Tabela 27). Desse montante, R\$ 16 milhões foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES) e R\$ 9 milhões, ao Programa Estadual de Transportes – PET (recursos provenientes do BIRD).

²³ A meta da Dívida para o exercício de 2009, fechada no programa de ajuste Fiscal assinado em 08/04/2008, foi de 2,28. A nova meta ainda não foi fechada com a STN.



Tabela 27

	2009 ^(*)		2010	2011	2012	2013	APÓS 2013	R\$ mil	
	Liberado	a Liberar						a Liberar	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas (*)	24.373,74	134.682,28	-	-	-	-	-	-	134.682,28
A - Operações contratadas com o SFN	24.373,74	134.682,28	-	-	-	-	-	-	134.682,28
1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.164 C	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.164 D	-	3.277,38	-	-	-	-	-	-	3.277,38
3. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 A e B	-	6.583,43	-	-	-	-	-	-	6.583,43
4. BNDES - EXP. METRÔ - 12.1.169(GENERAL OSÓRIO)	15.392,88	102.670,01	-	-	-	-	-	-	102.670,01
5. BIRD - Programa Estadual de Transportes - ADICIONAL	8.980,87	11.953,70	-	-	-	-	-	-	11.953,70
6. BNDES - PMAE	-	10.197,77	-	-	-	-	-	-	10.197,77
B - Demais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	111.025,58	402.425,83	31.699,28	22.996,75	19.265,04	10.108,20	-	597.520,68
1. BIRD - RIO RURAL	-	6.540,60	14.508,24	20.573,16	22.996,75	19.265,04	10.108,20	-	93.991,99
2. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	-	104.484,98	387.917,59	11.126,12	-	-	-	-	503.528,69
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (*)	-	202.396,52	224.297,32	249.062,20	233.537,95	225.306,33	-	-	1.134.600,32
Total 1.+ 2. + 3.	24.373,74	448.104,38	626.723,16	280.761,48	256.534,70	244.571,37	10.108,20	-	1.866.803,28

(*) Valores realizados em 2009, a preços correntes.

(*) Contem o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de fev/2009.

(*) Valores redistribuídos para os exercícios seguintes, não fechados com a STN, a preços de dez/2008.